

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE HISTÓRIA

BACHAREL EM HISTÓRIA

Francisco Pinto de Azevedo

Florentino de Carvalho: O Anarco-Sindicalismo e a Educação Libertária.

Rio de Janeiro – RJ

2018

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

P994 Pinto de Azevedo, Francisco
Florentino de Carvalho: O Anarco-Sindicalismo e
a Educação Libertária. / Francisco Pinto de
Azevedo. -- Rio de Janeiro, 2018.
55

Orientador: Vanderlei Vazelesk Ribeiro .
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em História, 2018.

1. Florentino de Carvalho. 2. Sindicalismo. 3.
Educação. 4. Anarquismo. I. Vazelesk Ribeiro ,
Vanderlei , orient. II. Título.

Francisco Pinto de Azevedo

Florentino de Carvalho: O Anarco-Sindicalismo e a Educação Libertária.

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Vaselesk

Rio de Janeiro

2018

Francisco Pinto de Azevedo

Florentino de Carvalho: O Anarco-Sindicalismo e a Educação Libertária.

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel em História.

Prof. Dr. Vanderlei Vaselesk

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlo Romani

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Giovanni Stiffoni

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

Dedico esse trabalho a minha família, para que vejam o resultado do carinho, dedicação, e cuidado que tiveram comigo.

Dedico esse trabalho a todos aqueles que possam aprender com o meu estudo. Que as teses saiam da academia e alcancem a população fora dela.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família. À minha mãe que sempre fez questão de me incentivar ao estudo, e de me dar condições para isso. A meu avô que serviu de exemplo de ser humano. A meu pai, que a sua maneira, sempre demonstrou preocupação com o meu sucesso. E a minha avó (In memoriam) por suas orações, que sempre garantiram minhas aprovações.

Agradeço a todos aqueles e aquelas que me acompanharam durante minha trajetória na faculdade. A Catarina e Luane, sem as quais minha graduação teria sido muito mais difícil. A meu orientador, que se dispôs a me orientar e que me motivou a produzir.

Aos meus amigos, que sempre estiveram lá quando eu precisei.

E a meu Vodun, que está comigo a todo momento, me colocando no caminho certo, e sendo presente em minha vida. Atotô, Omolu !

“Não é a revolta dos estômagos, é a revolta das consciências!” Edgar Rodrigues

“O livro é nosso escudo, e arma a inteligência.” Hino do Colégio Pedro II

Resumo

Esse trabalho apresenta um panorama geral do anarquismo e das ações sindicais no Brasil por volta da década de 20. Discutir como se deu o início do movimento e por quem foram feitas as primeiras ações. Apresentar a trajetória do anarquismo no meio urbano, e discutir as interpretações sobre a sua decadência durante o Estado Novo. Também serão apresentadas as narrativas sobre os diferentes tipos de sindicalismo que existiram à época, utilizando fontes anarquistas e marxistas. Para a análise da visão anarquista, será utilizado o autor Florentino de Carvalho, anarco-sindicalista da época. Além de sua visão sobre o sindicalismo, faremos um paralelo de como essas críticas se alinhavam a sua visão política para além do sindicalismo.

Palavras-chave: Anarquismo, Marxismo, Anarco-sindicalismo, Escola Moderna, Florentino de Carvalho

Abstract

This paper presents an overview about the anarchism and the union movement in Brazil around 1920s. Discuss how the movement was initiated and from whom the first actions were taken. Presents the anarchism's trajectory in the urban environment, and discuss the interpretations about its decadence, during the Estado Novo. Also will presented the narratives about the different types of union movements that exists in the period, using anarchists and marxists sources. For the analisys of the anarchist vision, will be used the author Florentino de Carvalho, anarcho-syndicalism at the period. In addition to his vision about the union moviment, we will parallel how this criticisms were aligned with his political vision to beyond the union moviment.

Key Words: Anarchism, Marxism, Anarcho-sindicalism, Modern School, Florentino de Carvalho.

Sumário:

Introdução.....	9
1 – O Anarquismo no Brasil.....	16
2 – Sobre o Sindicalismo Revolucionário, o Anarco-Sindicalismo, e o Sindicalismo Marxista.....	36
2.1 – Anarquismo.....	37
2.2 – Marxismo.....	00
Considerações finais.....	46
Referências bibliográficas.....	52

Introdução

A motivação inicial desse estudo é o interesse pessoal de conhecer e aprender sobre pensadores e movimentos que visaram construir ou idealizar sociedades auto-gestionadas e que priorizassem o bem comum. Entendo a faculdade e o estudo acadêmico como um meio de aprendizado para o que se quer fazer na vida, e como uma maneira de agregar e difundir conhecimento. Quando escolhi o curso de História, foi para aprender sobre quem já lutou por uma sociedade igualitária e entender como esse ideal foi propagado ao longo do tempo.

Junto com a decisão de ser professor, veio a ideia de fazer um mundo melhor por meio da educação e da difusão de ideias. Ao longo da faculdade, conheci um modelo de educação alternativo ao nosso - o modelo libertário -, e decidi que minha pesquisa seria sobre esse tema, e também sobre as outras reflexões sobre a sociedade que a ideologia libertária traz consigo. Além disso, esse estudo é também uma tentativa de ocupação de espaços dentro da academia. Entendo a hegemonia de estudos focados na Europa e em pensadores europeus como sendo um dos braços do imperialismo e da importação de valores. Busco conhecer o que foi pensado na realidade brasileira e latino-americana, pois considero mais importante entender como as ideias libertárias foram propagadas e como foram adaptadas à nossa realidade, do que como foram pensadas em sua raiz e em contextos diferentes do nosso. Também entendo como sendo um ato político a discussão das ideologias que se fizeram presentes de suas próprias maneiras na luta contra o imperialismo, contra o capitalismo e contra o status quo.

O objetivo geral desse estudo é dissertar sobre a situação do anarquismo e do sindicalismo no Brasil por volta da década de 20. Abordar sobre o início e a decadência do movimento libertário, e expor as definições de sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo. O objetivo específico é analisar a posição e as críticas do anarquista Raymundo Primitivo Soares frente aos diferentes conceitos de sindicalismo da época, e tentar entender como essas críticas se alinhavam a sua ideologia política.

Na primeira parte do trabalho, utilizaremos o livro “*Da escravidão a Liberdade*”¹ para a análise da visão e da vida de Florentino de Carvalho; “*A história do movimento anarquista no Brasil*”² para uma análise mais factual e cronológica das intervenções e trabalhos anarquistas no Brasil; “*Resistência Anarquista*”³ para um panorama geral das ações dos anarquistas e sindicalistas, além de apresentar a discussão historiográfica sobre o tema; E “*A conquista do pão*”⁴ para entendermos quais críticas feitas à sociedade, contidas nesse livro, tornaram Raymundo um anarquista e como fundamentaram suas raízes ideológicas.

Na segunda parte do trabalho, utilizaremos “*Da escravidão a liberdade*” e “*A história do movimento anarquista no Brasil*”, para analisar a opinião dos anarquistas sobre os diferentes modos de sindicalismo. Para a visão marxista, utilizaremos “*O Estado e a Revolução*”⁵, de Vladimir Lenin.

A historiografia sobre os temas

A historiografia sobre o movimento anarquista brasileiro é, ao mesmo tempo, vasta e limitada. Raquel de Azevedo, em sua tese, diz que existem várias obras escritas sobre as primeiras décadas do século XX, devido a esse período ser considerado o auge do anarquismo no Brasil. Porém, fora do recorte dessas décadas, apenas Edgar Rodrigues seria um nome de peso entre os autores de estudos que tivessem, em sua abordagem, o anarquismo como protagonista. Em outros estudos, que não o de Edgar Rodrigues, como os da historiografias marxista e trabalhista, ou mesmo a historiografia sobre o tema operário em geral, o movimento libertário assume uma posição secundária. Embora Raquel de Azevedo defenda que há um número considerável de obras feitas, Rogério Nascimento, em sua tese, diz que

¹ CARVALHO, Florentino de. *Da escravidão à liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. 2 ed. Seridó, RN: Tumulto, 2015. 287 p.

² RODRIGUES, Edgar. *História do movimento anarquista no Brasil*. Piracicaba, SP: Ateneu Diego Gimézes, 2010. 58p.

³ AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

⁴ KROPOTKIN, Piotr. *A conquista do pão*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953. 101p.

⁵ LENINE, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. 2 Ed. Moscou, 1918.

“não obstante existirem diversas pesquisas acerca do movimento dos trabalhadores, como do movimento anarquista, há ainda muito a ser analisado, levando em conta os documentos e materiais disponíveis nos diversos arquivos públicos no Brasil, os depoimentos pessoais dos militantes através de entrevistas e memórias como também o amplo leque de diversidade de enfoques a serem elaborados sobre estes documentos.” (NASCIMENTO, Rogério. 2006. p. 21).

De qualquer maneira, devido a esse estudo focar na década de 20 e na posição de um indivíduo específico sobre os temas abordados, não entendo essa lacuna nos estudos como um problema, apenas como mais uma evidência da decadência pela qual o movimento anarquista passa a partir da década de 30.

Sobre Raymundo Primitivo Soares, o Florentino de Carvalho

Raymundo Primitivo Soares nasce na Espanha em 3 de maio de 1883, na província de Oviedo. Vem para o Brasil com a família aos 6 anos de idade, em 1889, fazendo parte do fluxo migratório europeu para alguns países da América Latina, característico do final do século XIX e início do século XX. Já aqui, estuda até o primário, e, por não conseguir terminar os estudos, se alista à força pública do Estado de São Paulo em 1898, onde chega até a patente de sargento. Raymundo da baixa da força policial em 1901, e também nessa época, lê “A conquista do pão”, de Piotr Kropotkin.

Pela obra que o fez aderir ao anarquismo, podemos chegar à conclusão que Raymundo seguiu a corrente anarco-comunista. Corrente essa, encabeçada por Kropotkin. As críticas que Kropotkin faz sociedade, como a produção geral

“à sombra de pretendidos direitos ganhos no passado, usurpam hoje dois terços do trabalho humano, que entregam à mais insensata e escandalosa dissipação, porque não tendo as massas com que se manter um mês, nem mesmo oito dias, só permitem que o homem trabalhe, com a condição de lhes deixar tirar a parte do leão; porque não deixam produzir quanto é

necessário aos outros, mas só o que oferece grandes lucros ao açambarcador.” (KROPOTKIN, Piotr. 1953. p. 5)

E ao “direito” a educação,

“A educação é um privilégio. Pode-se lá falar em educação, quando o filho do obreiro é obrigado a descer à mina aos 13 anos e ajudar seu pai na fazenda? Falar de estudos ao trabalhador que volta a noite, quebrado por um dia inteiro de trabalho forçado! As sociedades dividem-se em dois campos contrários e nestas condições a liberdade torna-se uma palavra vã.” (KROPOTKIN, Piotr. 1953. p. 7)

Se assemelham muito com as de Raymundo em sua obra “*Da Escravidão à Liberdade*”. Essa identificação acontece, no meu entendimento, por Kropotkin abordar várias questões que ainda se faziam presentes dentro do contexto em que Raymundo atua como trabalhador, como: moradia, produção suficiente para abastecer a todos, vestimenta, automação da produção, geração de riquezas, etc.

Ainda sobre o anarco-comunismo: de acordo com essa corrente do pensamento libertário, o produto do trabalho deveria ser coletivizado, sendo posse de todos, já que todos contribuíram para a sua produção, não sendo possível dizer de quem pertence qual parte do resultado obtido. Essa visão fica clara em. Essa visão sobre o trabalho assalariado é diferente de outra vertente do anarquismo, o Coletivismo, onde uma Comuna ou Conselho Geral regidos pelos cidadãos determinaria os salários de cada função exercida pelo indivíduo de acordo com o trabalho que prestasse. Esse Conselho Geral, além disso, definiria os rumos da produção feitas por aquela sociedade. Embora alguns chamem Kropotkin de comunista-libertário ou anarco-comunista, e não de anarquista, não considero essa discussão relevante para entender o pensamento de Florentino. Particularmente, não acho uma discussão relevante nem produtiva no geral.

Apresentei a linha ideológica de Florentino, considerando que Rogério Nascimento, em sua tese⁶, assinala a falta de aprofundamento nos estudos

⁶ NASCIMENTO, R. H. Z. Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil. São Paulo, SP: PUC, 2006. 388 p.

sobre as correntes anarquistas da época. O autor explica que, embora a recusa da autoridade e o objetivo final da abolição do Estado fosse pauta comum a todos os militantes anarquistas, não havia concordância geral de como isso seria feito ou como a sociedade se organizaria após a Revolução.

Voltando a história de Raymundo Primitivo, após a sua adesão ao ideal libertário, e já trabalhando como tipógrafo, o mesmo entra no movimento sindical e se torna um ativo militante, participando da confecção de jornais libertários, organizando greves e sindicatos. Por sua militância, passa a ser perseguido pelo patronato e pela polícia, resultando em várias prisões e três deportações. Após a primeira tentativa de deportação, para Argentina em 1910, Raymundo consegue retornar ao país e adota diversos pseudônimos, entre eles Florentino de Carvalho. Pseudônimo que utiliza para escrever a obra usada nesse estudo. Sua atuação como militante anarquista, como visto, foi intensa. Fundou e dirigiu escolas de viés libertário, é citado diversas vezes por Edgar Rodrigues como participante de congressos operários e também como criador da Universidade Moderna de São Paulo, onde utilizava do conceito de educação da Escola Moderna proposta pela anarquista espanhol Francisco Ferrer Y Guardia.

Escreveu diversos livros, como *“Da escravidão a liberdade - A derrocada burguesa e o advento da igualdade social”*, *“A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais”*, *“Síntese de uma Filosofia Anarquista”* e *“Constituição Socialista Libertária”*.

Além disso, participou ativamente da feitura e organização de periódicos anarquistas no Brasil, tais como: *A Vida*, *Germinall!*, *A rebelião*, *Guerra Sociale*, *A Plebe* e *A Obra*.

Dentro de seus livros e seus escritos nos periódicos, um ponto que vale a pena ressaltar é a “indisciplinaridade” com a qual o autor trabalha. Raymundo não limita sua abordagem a apenas uma disciplina, como história ou filosofia. Ele aborda diversos temas e os interlaça de toda maneira que acha útil ao desenvolvimento da humanidade e da disseminação do anarquismo, pois também entende a divisão das “matérias” como uma das hierarquias do conhecimento a serem quebradas. No livro em que utilizo nesse estudo, por exemplo, o autor aborda temas como espiritualidade (embora se declarasse

fortemente ateu e anticlerical), física, história, filosofia e a biologia, essa última sob forte influência Darwinista. Esses tópicos se entrelaçam diversas vezes nos mesmos escritos, como se fossem todas uma única “ciência”. No artigo “*Escolas anarco-sindicalistas no Brasil: alguns princípios, métodos e organização curricular.*”⁷, de Dagoberto Buim Arena, pode-se ver que embora o autor defendesse essa ideia em suas obras e realmente tratasse sobre vários temas na sua produção escrita, a grade curricular da escola que montou, se mantinha bem parecida a grade tradicional das escolas.

Raymundo morre em São Paulo, em 1947, devido a doenças que adquire enquanto está preso (chega a passar meses dentro de um navio, pois nenhum país o aceitava), e deixa para trás uma imensa contribuição para o movimento anarquista brasileiro.

⁷ ARENA, Dagoberto B. *Escolas anarco-sindicalistas no Brasil: alguns princípios, métodos e organização curricular.* 2007.

Capítulo 1 - O anarquismo no Brasil

O ideal libertário chega ao Brasil na segunda metade do séc. XIX, trazido por imigrantes europeus, principalmente espanhóis (entre eles Raymundo), italianos e franceses, e também por aqueles que buscavam asilo político, como os da Comuna de Paris. Não apenas pessoas, mas obras de autores libertários, como as de Kropotkin, Bakunin, e Proudhon, também chegam à navio para auxiliar a disseminar o ideal anarquista nas Américas. A vinda dessas obras, além dos militantes, é particularmente importante, visto que muitos anarquistas (como foi o caso de Raymundo) eram autodidatas e tinham nessas obras sua formação política.

Além de servir de ponte para o ideal libertário chegar aos trabalhadores brasileiros, os imigrantes anarquistas também fizeram suas próprias ações quando chegaram. Os primeiros trabalhos de base anarquistas no Brasil são feitos no meio operário, tal como o marxismo também será, anos depois.

Aproveitando a citação ao marxismo, um ponto que gostaria de ressaltar do que, para mim, é a maior diferença entre as ações marxistas e anarquistas na época, e que também se engloba na crítica de Raymundo ao sindicalismo, é a não-limitação das ações anarquistas ao meio operário e/ou camponês, diferentemente do trabalho de base marxista. No livro de Edgar Rodrigues⁸, o autor relata que as ações dos grupos libertários eram diversas, como criação de escolas e universidade com viés libertário, palestras, espetáculos teatrais, grupos de estudo com o ideal iluminista, protestos contra a guerra, e contra o serviço militar obrigatório. Se observa ações voltadas para a população como um todo, e não apenas aos proletários ou possíveis eleitores, como fazia o Partido Comunista.

Essas escolas de viés libertário, majoritariamente, se baseavam no movimento da Escola Moderna, criado por Francisco Ferrer y Guardia. O livro "*La escuela moderna*"⁹, é escrito por Francisco Ferrer y Guardia, em 1901, e fala sobre a ideologia libertária aplicada na prática pedagógica. Guardia, libertário

⁸ RODRIGUES, Edgar. História do movimento anarquista no Brasil. Piracicaba, SP: Ateneu Diego Giménez, 2010. 58p.

⁹ Y Guardia, Francisco F. A Escola Moderna. Tradução: Ateneu Diego Giménez. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010. 83p.

que lutava pelos ideais liberdade, igualdade, e fraternidade, tem contato com alguns revolucionários republicanos, em uma época que ser republicano era algo realmente revolucionário. O autor, porém, sai desiludido desse encontro, pois relata só encontrar duas amostras de revolucionários: a primeira seria os dominados pelo ego, individualismo, e outras características contrárias ao ideal do bem comum, além de falar que "*A maioria abandonou a liderança republicana para aceitar um cargo elevado, e só pode contar com a adesão daqueles que por dignidade não se vendem*" (GUARDIA, 2010. P. 2). A segunda amostra seria os de bom coração, mas carentes de ideal político sólido, o que resultaria em vontade, mas sem um objetivo específico ou um meio claro de se chegar até ele.

Como visto, o autor era um revolucionário, e procurava, de alguma forma, mudar a sociedade em que vivia. A ideia de criar uma nova escola surge dessa vontade, pois Guardia entendia que se poderia mudar a sociedade por meio da educação. O autor via que, mesmo com um governo que pouco ou nada fazia pelo povo em geral, e uma realidade social extremamente injusta e desigual, o povo espanhol não se revoltava contra esses fatores que estavam explícitos no dia a dia. A conclusão que o mesmo chegou, quando se questionando o motivo dessa revolta não acontecer, era que a educação oficial¹⁰ não ensinava nem estimulava a população a ter esse tipo de atitude de revolta contra as injustiças da sociedade, e nem a noção de coletividade, essencial para qualquer movimento que vise o bem comum. Guardia, inclusive, pensava exatamente o contrário sobre a escola oficial: defendia que a escola tradicional não possuía comprometimento com o ensinamento científico e/ou político, já que reforçava conhecimentos sem nenhuma prova de veracidade (como o ensino religioso), além de reprimir o ímpeto revolucionário natural do ser humano. A proposta do autor, seria, então, planejar um modelo pedagógico que tivesse por foco o crescimento interno do ser humano, e a vontade de mudar o mundo injusto que o cerca, contribuindo assim para a mudança da sociedade.

Guardia entende que há duas maneiras de se modificar o ensino: a primeira é se dedicar ao estudo da educação, mostrar o quanto o ensino tradicional é falho, é lutar por sua mudança. O segundo é fazer novas escolas, e

¹⁰ O termo "educação oficial" engloba a educação dada nas escolas criadas pelo Governo.

colocar suas convicções a prática. O autor crê que a primeira opção é muito viável e produtiva, pois entende que a sabotagem da educação dada as massas não mais existe. Ele entende que a ideia de manter uma população ignorante, logo facilmente dominada, não é mais útil aos Estados, e que é mais proveitoso para os mesmos gerar uma mão de obra qualificada, e não ignorante. Porém, deixa claro que essa qualificação não era feita visando a emancipação do indivíduo, mas sim a preparação do meio para o mercado de trabalho, quase como um ensino técnico.

Assim sendo, Guardia abriu uma escola pensada por ele mesmo, com propostas revolucionárias para a época, como os dois gêneros estudando juntos, classes sociais distintas estudando juntas, ensino laico, ensino puramente científico, higienização da escola, e atividades que estimulassem o pensamento coletivo. O autor comenta que o maior golpe que poderia dar contra o dogma era popularizar o conhecimento científico entre as classes pobres, aquelas privadas do conhecimento racional pela escola comum. Cada vez mais se parecendo que a situação de hoje, onde o ensino tanto científico quanto político é restrito, sabotado quando dado aos pobres.

O objetivo de Guardia era fazer uma revolução interna no indivíduo, para que quando o mesmo retornasse para a sociedade, trouxesse consigo alguma mudança. Essa revolução no indivíduo seria feita, principalmente, ao induzir o aluno ao questionamento dos próprios conhecimento já pré-obtidos: tanto pela igreja, quanto pela escola comum, quando pela família, etc. Enfim, o tipo de conhecimento que adentra ao invés de libertar, que vêm de dogmas ao invés do conhecimento científico. Levar o aluno a questionar e superar esses conhecimentos, segundo o autor, o livraria do "senso comum", dando espaço para um conhecimento que engrandeceria o indivíduo. Esse objetivo fica claro no trecho

“Ela estimulará, desenvolverá e dirigirá as aptidões próprias de cada aluno, a fim de que, com a totalidade do próprio valor individual, não somente seja um membro útil à sociedade, mas que, como consequência, eleve proporcionalmente o valor da coletividade.” (GUARDIA, Francisco Ferrer. 2010. p. 7)

O autor deixa claro que o seu objetivo não é fazer um projeto perfeito e imutável de como deveria ser posta em prática a ideia da Escola Moderna, mas sim uma escola precursora dessa ideia de escola fora do modelo oficial, focando no conhecimento científico e racional. A Escola Moderna deveria ser entendida como um propósito, e as experiências que seguissem esse propósito deveriam ser correspondentes à realidade e a necessidade em que fossem feitas. A escola aberta por Guardia tinha suas próprias especificidades, de acordo com a época e o contexto em que foi aberta. Veremos essas especificidades a seguir.

Primeiramente, o ensino seria em esperanto, pois o autor entendia como uma linguagem universal.

Como já comentado anteriormente, na escola de Guardia eram aceitas crianças de ambos os sexos. O autor deixa claro que isso era algo novo em um modelo escolar, já sendo por si só parte do rompimento com a escola tradicional. Essa aceitação de ambos os sexos se deu pela conclusão de Guardia de que o modelo de sociedade a ser alcançado não deveria ser excludente de maneira nenhuma, e muito menos a difusão de conhecimento. Esse conhecimento difundido pela escola deveria alcançar a todos, sem nenhuma exceção, nem mesmo de gênero.

A Escola admitia crianças a partir dos 5 anos de idade, para construir uma educação infantil científica, sem dogmas ou ensinamentos de base religioso. O ensino religioso era recorrente à época, onde se usa a bíblia, e não o método científico, para se sustentar a autoridade do conhecimento. Guardia entendia que com as sementes do estudo científico e do pensamento coletivo sendo plantada desde a infância, os frutos viriam quando a criança crescesse e se construísse como indivíduo da sociedade. Essa educação infantil serviria também para construir a criatividade sobre bases sólidas, onde a imaginação da criança pudesse se desenvolver como a de um cientista, e não como a de um religioso.

O autor dedica uma parte de sua obra para falar sobre diferentes classes sociais coexistindo na escola, e estudando juntas desde a infância, tendo acesso ao mesmo tipo de ensino. Embora esse conceito seja muito utilizado na discussão pedagógica atual, ele é definido por Guardia de uma maneira um

pouco diferente do que o que pensamos hoje. Hoje em dia, quando pensamos em “universalização” do conhecimento, pensamento como um ensino apenas para os pobres, e não para pobres e ricos ao mesmo tempo, visto a nossa realidade desigual entre as escolas públicas e particulares. Guardia entendia que uma escola apenas para pobres não geraria nada a não ser a rebeldia contra os o que os oprimem, e um ensino apenas para os ricos geraria o ensino de como manter seus privilégios. Quando se educa duas classes distintas em coexistência ainda na infância, período esse em que a criança ainda não tem a maldade incentivada por uma sociedade individualista, se plantam sementes para uma sociedade igualitária, em que o indivíduo, quando mais maduro, terá a liberdade de escolher como e com o que se revoltar. Ainda sobre a questão econômica da escola, as mensalidades pagas pelos alunos não eram as mesmas, havendo estudantes que não pagavam, estudantes que pagavam menos e estudantes que pagavam mais, de acordo com sua condição financeira.

O autor explica, também, porque não ser uma optativa tentar implementar esse modelo em colégios de modelo oficial. Guardia defende que há uma inevitável necessidade dessa iniciativa ser responsabilidade uma iniciativa privada¹¹, e dá exemplos de modelos pedagógicos oficiais que fogem totalmente do ideal da Escola Moderna, principalmente sobre a laicidade do ensino e a manutenção das classe sociais. Ele dá exemplos de como o Estado mantém a existência de classes sociais, e como é conivente com os de cima, fazendo nada ou quase nada pelos de baixo, com suas leis injustas, conservadorismo, e atrelamento com a igreja. Guardia usa como exemplo o ensino da Bélgica, onde não existem colégios fora do modelo oficial do Estado. Esse modelo, embora seja aplicado tanto para ricos quanto para pobres, não mostra as injustiças do mundo, nem procura um ensino afastado da religião. O resultado era uma sociedade profundamente clerical, e uma classe trabalhadora extremamente conformada. Também dá o exemplo da França, que possuía escolas estatais não verdadeiramente laicas.

Uma questão não muito tratada hoje em dia, mas abordada por Guardia, é a questão da higiene escolar. O autor dá extrema importância para

¹¹ Não confundir com o conceito burguês de propriedade privada, conceito completamente diferente.

esse fator, pois relata transmissão de várias doenças contagiosas que poderiam ser facilmente evitadas, como sarna, sarampo, e tuberculose, caso os cuidados básicos com higiene fossem tomados. Penso eu que essa questão fique ainda mais em evidência devido à Escola Moderna sem um tipo de escola integral, onde o estudante passaria mais tempo do que na escola oficial. Ainda sobre a questão física dos estudantes, o autor comenta que a atividade física é fundamental para o desenvolvimento corporal dos alunos, e devido a isso, também trata da questão das brincadeiras físicas a serem feitas, visto que a interação social é muito desenvolvida por esse quesito. Essas brincadeiras devem ser diferentes das feitas no modelo pedagógico tradicional, as quais, no entendimento do autor, incentivavam o individualismo infantil. Guardia defendia que as brincadeiras fossem escolhidas pelas crianças, pois as crianças já possuíam vontades e aspirações próprias. Essa vontade própria, segundo o autor, já mostraria uma pré-disposição da ocupação que a criança deseja para si, e por isso, deveria ser apenas interpretada por pais e educadores, e não influenciada por eles. O autor também entende que crianças, no geral, são egoístas. As brincadeiras visariam beneficiar a noção de pensamento coletivo, de trabalho em grupo, para que desde cedo se desenvolvesse na criança uma noção de coletividade.

Após abordar as brincadeiras, o autor comenta sobre o professorado da escola, relatando o quão difícil foi encontrar pessoas aptas para o programa proposto. Guardia também argumenta que é difícil preparar um professor para um ensino científico, pois é necessário muito preparo. Esse preparo necessita de uma disposição de tempo e energia, que o professor normalmente não tem disponível, devido ao fator do professor não receber bem e ter de trabalhar em mais de um lugar. Para solucionar isso, Guardia criou uma escola preparatória para professores, que, embora tenha funcionado por algum tempo, terminou pelo o que autor chamou de *"arbitrariedade autoritária, obedecendo a instigação de misteriosos e poderosos inimigos"* (GUARDIA, Francisco Ferrer. 2010. p. 25).

Como se pode ver com essas escolas e universidades, e com as outras ações anarquistas já citadas, o objetivo dessas ações era para com o indivíduo, para que ele fizesse uma revolução interna de pensamento, e não para que adotasse uma ideologia específica e ajudasse na propagação da mesma, como

faziam os militantes marxistas. Dentro dos grupos de estudo, enquanto as células e Partidos Comunistas definiriam os temas de discussão de acordo com escolas sociológicas, o movimento anarquista veria a definição prévia desses temas como uma forma de autoridade, o que seria de certa forma prejudicial ao desenvolvimento humano.

Continuando com as ações anarquistas, uma curiosidade sobre a pauta contra a guerra e serviço militar obrigatório, é que essa causa levou anarquistas brasileiros a um congresso na Espanha, em 1915. Esse congresso não ocorreu plenamente, pois foi dissolvido pelo governo Espanhol a base de tiros e por violência policial. Vale ressaltar que foi o mesmo governo que executou Francisco Ferrer y Guardia, em 1909. Foram feitas palestras e atos no Rio Grande do Sul e em outras partes do Brasil em solidariedade a essa causa internacional, reflexo de um mundo que estava em plena Guerra Mundial.

Se já havia a indignação pelo o serviço militar obrigatório, não poderia deixar de existir também a indignação contra o mal-estar populacional causado pela Primeira Guerra Mundial. Os anarquistas entendiam a guerra de 1914 a 1918 como uma guerra de Estados, que não favoreceria o proletário de seus respectivos países, logo, o proletário não devia sofrer consequências da mesma (embora fosse um protesto feito por anarquistas, os marxistas também compartilham dessa visão sobre guerras mundiais, entendendo as mesma como divisão dos espólios gerados pelo imperialismo¹²). Como consequência dessa reivindicação, o governo autorizou a venda de produtos direto do produtor para o consumidor, sem a adição de impostos. Essa noção de luta contra a guerra aconteceu de maneira parecida nos EUA, feita pelos Panteras Negras, quando os mesmos se recusaram a lutar em nome do país que sempre os discriminou enquanto negros.

É possível observar nas obras de Florentino críticas a todos esses fatores, como a crítica ao militarismo:

“Desde o simples praça de Prêt ao marechal de campo, o soldado carece da dignidade do homem, é uma peça da

¹² LENINE, Vladimir. O Estado e a Revolução. 2 Ed. Moscou, 1918.

máquina militar. O seu espírito acha-se embotado pela disciplina, a sua moral está delineada pela escola de Moltke.

O próprio generalato não passa de uma horda de passivos. Meros aparelhos de transmissão de ordens.

Na presença de um superior hierárquico, o soldado com ou sem patente, descuida a sua natural compostura e perfila a do Polichinelo. Os maus tratos, concernentes à alimentação, ao conforto, os castigos corporais e morais, o desprezo de que é vítima, não podem ser resumidos num capítulo; para isso seria necessária uma biblioteca.

A casta militar desconhece o postulado da justiça. O seu código é a lei marcial. As comezinhas liberdades de pensamento, de reunião, de associação, bem assim os direitos de cidadania, conquistados por sucessivas revoluções políticas ou sociais, não vigoram para a ilhota da caserna.

(...)

Cremos, por isso, desnecessário entrar em mais detalhes para testificar que a força armada é o instrumento de que os mandarins se servem para apunhalar as nações. Com seu emprego é que, em nome da pátria, se acalmam em ferro e fogo as exasperações dos soldados e dos cidadãos.

Contrariamente à opinião de um profissional das armas, segundo o qual, "o militarismo é a expressão máxima de uma nacionalidade", ele é a encarnação máxima da violência sistemática do estado contra o espírito libertador." (CARVALHO, Florentino. 2015. p. 94-96.)

E a crítica à guerra:

“O progresso da indústria, das ciências e das letras entregue à gerência do capitalismo, e, bem assim a concorrência econômica, política e religiosa entre os Estados e entre os povos, desencadearam as catadupas do militarismo e da guerra.

Estamos, pois, na época da técnica militar. As funções bélicas vêm sendo desempenhadas com ciência e arte, com galhardia e heroísmo inexcedíveis.

Nunca, como sob o governo econômico, jurídico e espiritual do Cristianismo e da democracia, correu o sangue em correntes caudalosas.

A conflagração universal de 1914 sacrificou trinta e seis milhões de vidas.

A população dos países em guerra era de 400.950.000 pessoas. Em condições normais teria aumentado a 424.310.000.

As consequências da destruição, do morticínio, do abatimento físico, intelectual e moral da humanidade; a paralisação do trabalho e da ciência provocados pela conflagração universal foram incalculáveis. Entretanto a apologética jacobina e os tubarões do Estado e da finança tardarão em chegar novamente o fogo à pólvora para fazerem estalar nova conflagração, se antes não forem impedidos pela revolução social.” (CARVALHO, Florentino. 2015. P. 104)

Todo esse movimento político dentro de uma sociedade extremamente desigual, como era o Brasil na Primeira República, gerou reações das classes dominantes. Um exemplo da reação foi a sanção da Lei de Deportação, feita pro Adolfo Gordo, em 1097. Lei essa resultado de um Estado que, além de sua própria preocupação com o movimento anarquista, também estava sendo pressionado por uma onda nacionalista-conservadora, formada pela “burguesia”¹³, pela igreja, e pela classe média, que exigiam respostas e ações por parte do Governo para combater a “esquerda” que vinha se formando no país. A utilidade dessa lei era deportar do país militantes sindicalistas sobre o pretexto de “agitação social” ou “perturbação da ordem pública”. Apenas naquele ano, sob essa lei, foram expulsos do país 132 imigrantes, e depois disso, mais de dois mil portugueses já há anos no país, pelo motivo de escolherem não se naturalizar brasileiros. Em 1919, como mais uma reação do Estado, Eptácio

¹³ Hesito em falar que o Brasil já possuía uma classe burguesa formada

Pessoa, na época então Presidente da República, expulsa do país 36 militantes anarquistas.

Em 1906 e 1907, em São Paulo, o movimento sindical libertário começa a ter conquistas junto a classe operária, no campo dos direitos do trabalho. Por meio de greves e piquetes, é conquistada tão desejada jornada de trabalho de 8 horas, além de outras pautas que hoje consideramos como fundamentais, como salubridade dentro do ambiente de trabalho. Essas greves precederam a primeira greve geral no Brasil de 1917, organizada por sindicatos libertários e iniciado por uma greve feminina.

Além da luta contra o serviço militar obrigatório, os anarquistas brasileiros também aderem a outras causas do movimento anarquista internacional, como repúdio à prisão e execução de Francisco Ferrer y Guardia, e apoio a revolução mexicana de 1910 e a revolução russa em 1917.

Cláudio Batalha, em sua tese¹⁴, defende que mesmo com essa quantidade de ações, o movimento anarquista não teria tido tanto sucesso em seu objetivo, já que boa parte dos operários da época não teriam aderido necessariamente aos ideais libertários, nem estavam em sua maioria dentro de sindicatos. Embora não questione esse viés, acho importante ressaltar que o objetivo anarquista nunca foi (ou nunca deveria ter sido) fazer algum trabalhador necessariamente entrar em algum sindicato ou aderir a alguma corrente do anarquismo. O objetivo era fazer uma revolução interna de pensamento, e lhe mostrar o quanto era indispensável para sociedade da qual fazia parte. A adesão ao sindicato ou aos ideias libertários eram consequências dessa reflexão, não seu objetivo. Não à toa uma das ações anarquistas era criar escolas com ideal iluminista, que falavam sobre todo tipo de conhecimento, e não apenas o filosófico. Portanto, entendo que mesmo se o trabalhador não estivesse em algum sindicato (como a corrente individualista defendia), caso o mesmo tivesse passado por alguma reflexão nova ou aprendido algo novo, favorecendo para o que os militantes anarquistas, inclusive Florentino, entendiam como evolução

¹⁴ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930). Paris: Tese (doutorado em História) Université de Paris I, 1986.

humana, o movimento libertário tinha atingido seu propósito com aquele indivíduo.

Os comentários de Rogério Nascimento sobre esse tema, em sua tese¹⁵, são muito pertinentes. O autor argumenta que a metodologia atual para a avaliação do sucesso ou não de movimentos sociais, em geral, se baseia em eventos ou números oficiais que tenham a ver com reivindicações específicas do movimento sindical, tais como quantidade de greves feitas, número de participantes do sindicato, quantidade de jornais vendidos, etc. Esse critério não deixa de ser válido, pois o movimento anarquista também se importava com esse tipo de ação. Porém, coloca em segundo plano ou mesmo não leva em consideração o objetivo principal citado por Edgar Rodrigues e Florentino de Carvalho em suas obras usadas nesse trabalho, que seria gerar um indivíduo pensante e fazer uma revolução de consciência do mesmo.

Rogério continua sua crítica, falando dessa vez sobre nosso modelo historiográfico, que não inclui o relato dos indivíduos que faziam parte da classe trabalhadora, a não ser que fizessem parte de algum movimento sindical específico. Assim sendo, não seria possível “contabilizar” esse tipo de conquista do movimento anarquista, deixando de lado o principal objetivo da militância libertária.

É nesse contexto, a partir de 1901, em principalmente em 1910, quando entra na clandestinidade, que é feito o trabalho sindicalista por parte de Raymundo. O anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário no Brasil estavam no auge. Antes da Revolução Russa, a hegemonia anarquista dentro dos sindicatos era clara. O movimento libertário estava sendo construído por quem Edgar Rodrigues chama de “pedreiros da anarquia”, tendo suas próprias editoras, jornais, escolas, reivindicações e metas concluídas.

Porém, com a chegada do partido bolchevique no poder, em 1917, a primeira internacional começa a estender seus tentáculos pelo mundo, se apoiando na ideia de “internacionalização” do socialismo soviético. Essa

¹⁵ NASCIMENTO, R. H. Z. Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil. São Paulo, SP: PUC, 2006. 388 p.

internacionalização acarreta em consequências diretas nos movimentos sociais de todo o mundo, inclusive no Brasil.

Um dos primeiros impactos significativos no Brasil é a fundação do Partido Comunista – Seção Brasileira de Internacional Comunista (PC-SBIC), em 1922, por 8 delegados, sendo 7 deles anarquistas.

O fato de 7, dos 8 delegados, serem anarquistas, é um ótimo exemplo da empolgação que vitória da Revolução Russa gerou no mundo, se colocando como uma revolução que desafiava a hegemonia do capitalismo. Boa parte da crítica feita ao movimento anarquista na época é que o mesmo seria utópico, impossível de ser alcançado e posto em prática, que a ideia de uma sociedade sem Estado não era compatível com a natureza humana. Com a vitória da revolução russa, surgiu uma nova possibilidade para a tão almejada mudança social e, principalmente, conquista de uma vida melhor. Mais alcançável, talvez, mais palpável do que as sociedades pensadas pelos militantes anarquistas que, embora conquistassem direitos e tivessem grande ações no meio sindical, não saíam muito desse horizonte

Com a expansão do marxismo no meio político brasileiro, a tradicional disputa ideológica entre marxistas e libertários, que vem desde os escritos de Marx contra Proudhon, e principalmente desde a expulsão de Mikhail Bakunin da I Internacional, se faz presente também nesse âmbito político brasileiro.

Mesma com essa rivalidade entre marxistas e anarquistas, houve a ocasião dos dois se uniram contra um inimigo em comum a época: o Integralismo. O Integralismo era uma ideologia de origem fascista, derivada do fascismo italiano, que, como seu exemplo, também era radicalmente anti-marxista e anti-libertária. Se colocou no meio político como um dos movimentos sociais da época, tendo candidatos na corrida política, e antecedendo Getúlio Vargas na tentativa da criação de uma identidade nacional baseada na pátria. Eram extremamente patriotas, e tinha como lema “*Poder tudo, absolutamente tudo! O único amor é o poder; o único fim o poder; extremo sonho o poder!*”. Apenas pelo lema citado, podemos ver como seus ideal eram opostos ao ideal libertário, que buscava a descentralização do poder das mãos do Estado ou de qualquer grupo que ascendesse ao poder.

Outro ponto dissidente do anarquismo seria o sentimento ufanista em relação a pátria, já que o ideal anarquista busca o fim do Estado, e, conseqüentemente, da pátria como identidade relacionada ao mesmo. Porém, creio ser oposta também ao ideal marxista de internacionalização, ideal que defende o proletário não ter uma pátria, que será melhor explicada nas críticas de Lenin ao sindicalismo capitalista e patriótico.

Para se protegerem dessa nova ameaça, anarquistas e marxistas se uniram para a criação do Comitê Antifascista Brasileiro. Esse comitê era composto, então, por militantes sem uma homogenia ideológica, tendo como objetivo único tanto o ataque a essa ideologia pseudo-fascista, para suprimir sua ascensão, quanto a proteção dos movimento de esquerda dessa ameaça.

A ação mais marcante desse comitê antifascista, na minha visão, foi o que ficou conhecido como "revoada das galinhas verdes", onde tanto marxistas quanto anarquistas impediram um ato político integralista em apoio a Plínio Salgado na base da bala.

Sobre a decadência:

Em relação à decadência pela qual o movimento anarquista passa na década de 30, há diferentes interpretações. O principal ponto que divide essas interpretações é o motivo da decadência, ou seja, o que teria acontecido no contexto da época para que o movimento anarquista perdesse força e espaço.

Nesse estudo, trabalharei com duas linhas interpretativas: a primeira delas é da historiografia libertária, que tem como exemplo as narrativas de Raymundo Soares e de Edgar Rodrigues. Essa linha entende que houveram dois pontos principais para a decadência do movimento libertário: o primeiro ponto foi a disputa (por vezes fisicamente violenta) com o marxismo, disputa essa que já havia na Europa desde a I Internacional, e se refletiu no contexto sindical brasileiro. O segundo ponto foi a repressão tanto física quanto ideológica feitas pelo Estado Novo, com sua censura, violência policial, e disputa ideológica entre os sindicatos varguista verticalizados e os sindicatos horizontalizados.

A segunda linha, representada por diversos autores, como Kazumi Munakata (1981) e Ângela Castro Gomes (1988) atribui a decadência dos sindicatos anarquistas também aos efeitos que o Estado Novo trouxe para a vida

dos trabalhadores. A diferença principal entre as duas linhas é que a responsabilidade do Estado Novo, na decadência do movimento libertário, não seria apenas a sua violência, mas também a inserção dos sindicatos estatais e verticalizados. Segundo essa linha, o fato do trabalhador brasileiro ter adquirido direitos nunca antes tidos, como salário mínimo, justiça do trabalho, férias, entre outros, fez a popularidade dos sindicatos horizontalizados cair. Essa queda de popularidade se devia ao fato de, mesmo sendo influentes, os sindicatos não-estatais nunca terem alcançado tais conquistas diretas na vida dos operários.

Não há um consenso sobre as causas da decadência do anarco-sindicalismo e de outras lutas anarquistas no Brasil. Quando falo sobre “decadência”, falo sobre a redução do volume de ações e influência como movimento social atuante, e não necessariamente a extinção de organizações libertárias. Acho necessário explicitar a diferença, pois nos ajuda a pensar em como diferentes épocas pedem diferentes movimentos sociais, como os movimentos fazem mais sentido para a sociedade de acordo com a época em que acontecem, e como os movimentos sociais se adaptam (ou não) a essas novas necessidades.

A historiografia marxista, comumente ligada ao PCB, coloca como protagonista dessa decadência a presença dos sindicatos marxistas. Ou seja, coloca o sindicalismo marxista como sendo mais popular e sendo mais aceito pelo proletário, como um triunfo da ideologia marxista em relação a ideologia e ao sindicalismo libertário. É compreensível esse tipo de conclusão, quando a metodologia usada e os parâmetros para se entender o “sucesso” dos sindicatos se aplica mais a números oficiais do que a mudanças feitas na consciência dos trabalhadores.

Ângela de Castro Gomes, por outro lado, entende a decadência do anarco-sindicalismo como uma consequência da política ditatorial varguista, com sua repressão policial, censura, deportações, formação do ministério do trabalho e criação dos sindicatos estatais, e da resistência ao legalismo trabalhista, por parte do anarquistas.¹⁶ Outro autor que escreve sobre o movimento operário

¹⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

brasileiro, Kazumi Munakata, coloca que além da repressão do governo, outros dois motivos para a decadência do anarco-sindicalismo¹⁷. O primeiro seria os direitos dados aos trabalhadores pela nova legislação do trabalho, que garantia mais direitos aos trabalhador brasileiro do que ele jamais teve, e o segundo foi a necessidade de união entre anarquistas e o PCB para fazer frente à ditadura de Vargas.

Ressalto que Edgar Rodrigues, o único anarquista dos autores citados, tece duras críticas tanto a Getúlio Vargas quanto aos marxistas, e coloca também o Integralismo como um terceiro inimigo do anarquismo no Brasil. O autor cita vários exemplos de violências sofridas por sedes e militantes anarquistas por essas três instituições, tais como: a morte de dois e ferimentos de mais de dez anarquistas e o roubo do acervo do sindicato dos calçados, tudo isso feito por militantes marxistas. Além desses episódios, Edgar Rodrigues também acusa o apoio dado, mesmo que não intencional, para a implantação dos sindicatos verticalizados e da ascensão de Vargas. Por parte dos Integralistas, a invasão de militantes armados na sede da Federação Operária de São Paulo, e destruição do seu acervo. Além desses dois inimigos, também cita as diversas violências feitas pelo regime ditatorial de Vargas que o autor chama de “política do cassetete”, executadas por Filinto Müller e sua equipe.

Acho importante também citar o campo de concentração para os quais os militantes anarquistas eram levados, o Campo do Oiapoque, tema de estudo de Alexandre Samis¹⁸.

Menos comentada na historiografia geral, porém também existente, é a ação anarquista no campo. Embora não tenha localizado nas obras de Raymundo as reflexões do mesmo sobre o tema, Hugo Blanco, em “*Nosotros los indios*”¹⁹ fala bastante da organização libertária camponesa, após sua ação com os neo-zapatistas mexicanos. Hugo Blanco é um ex-trotskyista que escreve sobre todos os movimentos sociais que vivenciou pelo mundo, mas principalmente sobre a luta pela Reforma Agrária dentro da América Latina. Blanco possui um

¹⁷ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981;

¹⁸ SAMIS, Alexandre. Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

¹⁹ GALDOS, Hugo. *Nosotros los indios*. 3 Ed. Lima: Editora, 2007. 372 p.

ideal de organização muito próximo do teorizado pelo anarquismo, e creio que essa aproximação ideológica se dá devido a suas vivências com sociedades indígenas e experiência dentro de movimentos sociais diversos, principalmente com a experiência zapatista, no México. O autor conta que se filiou ao Partido Obrero Revolucionario, na Argentina, partido esse que possuía viés marxista. Em sua experiência dentro do partido, além de aprender sobre Marx, Engels, Lenin e Trotsky, também aprendeu que os sindicatos possuíam muita burocracia política, e que essa burocracia desviava muitos dirigentes da luta popular para seus próprios interesses. Aprendeu também que a vanguarda da luta por um mundo melhor está nos trabalhadores, e por esse motivo deixou a Universidade e se tornou um trabalhador.

Blanco diz que no movimentos camponeses dos quais participou, todos aprendem com todos. Diz que, apesar de estar velho, não acredita que os velhos devam ter mais influência sobre os movimentos. Aprendeu muito com o movimento estudantil peruano, onde todos mandam, e não haviam dirigentes. Blanco dá diversos exemplos de movimentos indígenas e camponeses com os quais aprendeu sobre a luta pela terra, e sobre a maneira de organização coletiva e sem dirigentes ou chefes. Creio que esses relatos são pertinentes em estudo como esse, que tem como enfoque o anarquismo, pois o autor fala todo em modos de organização que funcionam debaixo para cima, descentralizados e com sociedades baseadas na democracia direta. A experiência mais próxima do anarquismo relatada pelo autor foi a dos zapatistas, no México.

Escrevendo sobre a questão indígena na América Latina, o autor cita a brasileira:

"Brasil es uno de los países donde la naturaleza y la población indígena sufren uno de los peores ataques. El gran capital arremete con la construcción de represas hidroenergéticas que inundan tierras agrícolas y alteran la naturaleza impulsando la proliferación de insectos transmisores de malária, imposibilitan la pesca y otros daños. Las grandes empresas depredan el pulmón del mundo, la selva amazónica, no solo para saquear la madera, sino para implantar el cultivo de alimento para los carros,

agrocombustíveis: Soya transgênica, palma aceitera, caña de azúcar” (GALDOS, Hugo. 2007. P. x)

Blanco fala que esteve presente no levante do movimento mexicano contra o neoliberalismo, e aprendeu muito com a organização zapatista enquanto esteve no México. Embora seu relato principal seja sobre a experiências zapatista, não foi apenas dela que tirou aprendizados. O autor relata outras experiências que presenciou, como os indígenas de Guerrero criarem a "Policía Comunitaria Armada" ou "Grupos de Autodefesa Comunitaria", que serviam para proteção da população civil em relação aos grupos de traficantes. O apelo para uma polícia criada pelos próprios indígenas veio do fato das autoridades governamentais não garantirem os direitos civis, e estarem em profundo acordo com as máfias narcotraficantes. Esse mesmo motivo levou os indígenas do município de Cheran a abandonar o sistema eleitoral baseado em partidos que elegem uma única pessoa, e adotar um sistema de conselho que comanda sua própria guarda municipal. Guarda municipal, essa, que conseguiu expulsar um grupo armado de seu bosque, e existe hoje com essa função. Outro relato interessante do autor foi a criação de uma moeda própria, o "túmin", que circula por regiões mexicanas que desejam fazer resistência e ter autonomia em relação ao modelo monetário capitalista.

Após esses relatos, Blanco finalmente chega a parte de seu livro sobre os zapatistas. Ele começa sua explicação falando sobre o início do movimento, que nasceu após um massacre do movimento estudantil mexicano em 1968. Após esse massacre, Marcos (que viria a ser o conhecido Subcomandante) convocou os indígenas para começar um foco guerrilheiro de oposição ao governo. Os indígenas convocados responderam que os revolucionários estavam fora de foco. Falaram que a luta armada deveria começar apenas quando o povo estivesse de acordo com esse tipo de movimento, e assim foi feito. O núcleo revolucionário, então, passou então a apoiar reivindicações pacíficas da população. Como não conseguiram realizar o que queriam, os indígenas, por fim, concordaram em se levantarem em armas. Como esperado, o Estado mandou seu exército para combatê-los, mas como os zapatistas conheciam melhor seu território, conseguiram resistir à investida. Protestos a favor do movimento zapatista se espalharam por todo o México.

Os Estados-Unidos, país de caráter imperialista e vizinho ao México, não podia ignorar uma revolta armada com amplo apoio popular, como estava sendo o movimento zapatista. Havia ainda a preocupação com a segurança interna dos Estados Unidos, pois havia na população norte-americana grande número de mexicanos e “chicanos” (filhos de mexicanos nascidos nos EUA), que podiam ser influenciados pela luta zapatista. O Estados-Unidos “aconselharam” o governo mexicano a pedir que o zapatistas depusessem suas armas, e que passassem ao governo suas reivindicações. Assim foi feito, e o conflito armado foi cessado, com a promessa do governo de dialogar com os revoltosos. Os zapatistas, quando foram questionados sobre suas reivindicações, disseram que não podiam falar em nome de todos os povos indígenas camponeses, devido a sua pluralidade étnica e suas especificidades.

Para resolver essa questão, convocaram os povos indígenas, e também aos intelectuais que militavam nesta causa, para o “Foro Nacional Indígena”, onde foram discutidas quais as reinvenções seriam feitas ao Governo Mexicano. *“Fue essa reunión, y no los zapatistas, la que elaboró las demandas de los indígenas de México.”* (BLANCO, 2007). Nessa reunião, após a decisão do que seria reivindicado para o governo, também surgiu a delegação que debateria sobre as propostas com os representantes do poder Executivo. Após o debate entre a comissão zapatista e os representantes do governo, são assinados os “Acuerdos de San Andrés Sakamch’en”, documento esse que é enviado ao Parlamento para elaboração da lei que serviria para o reconhecimento da cultura indígena e atendimento das pautas zapatistas. O Parlamento, por sua vez, formou uma comissão própria para elaborar um projeto de lei que atendesse a esses acordos. Essa comissão formulou um projeto de lei alternativo, que foi rechaçado pela comissão e pelo movimento zapatista, sobre o argumento de que esse projeto de lei alternativo não estava nos moldes do que foi acordado entre o governo e a comissão zapatista.

Embora os zapatistas se colocassem contra, o projeto alternativo acabou por ser o discutido no parlamento, e não o acordado nos Acordos de San Andrés. Diante dessa traição, os zapatistas declararam que não reconheciam a autoridade do Executivo e do Parlamento, e com isso decidiram não participar das eleições do país, declarando o não-voto, e principalmente negando qualquer

organização de partido. Embora sejam chamados de sectários, não é possível julgá-los depois de terem passado por uma situação como essa.

Após contar brevemente a história do movimento zapatista, o autor se dedica a pontuar algumas atitudes educativas do movimento, voltados para a opinião pública sobre a mesma e para deixar claro quais eram suas funções e motivos. Fica nítido, observando nos ensinamentos dados, a posição zapatista sobre a maneira de lidar com a natureza, de tomar decisões, e de se organizar, o quanto o movimento zapatista se aproxima daquilo que foi teorizado pelo anarquismo. Os ensinamentos são:

Certa vez, um presidente mexicano disse que havia apenas um indivíduo pensante entre o movimento, e que os outros lhe seguiam como ovelhas. Como resposta, mais de 1000 indígenas saíram pelo México explicando suas reivindicações, explicando pelo o que lutavam, e dando entrevistas nas mais diversas línguas. Algo parecido foi feito quando outro presidente disse que o movimento não era perseguido, e os convidou a ir a Capital conversar com o mesmo. Por não acreditarem mais na política institucional, foram aos povoados ao entorno da cidade falar com os habitantes, seguindo o conselho do Presidente.

Certa vez, convidaram os zapatistas para a Câmara dos Deputados. Para combater a centralidade que estava se formando a imagem do Subcomandante Marcos, ao invés de enviarem o subcomandante, mandaram uma militante, que argumentou que o subcomandante não estava lá por duas razões: a primeira era o fato de Marcos ser Subcomandante, enquanto a função de Comandante pertencia ao povo no qual ela estava inclusa. A segunda era o fato daquele lugar não ser adequado para militares, e Marcos era um.

Seguindo o exemplo da decisão sobre as reivindicações do Acordo de San Andrés, Marcos renega totalmente a vanguarda do movimento indígena e camponês mexicano. Argumenta sempre que quem sabe quais problemas enfrentam no dia-a-dia, e quais mudanças querem, são os próprios povos, e não a organização militar que os protege. A questão da organização militar também é tratada nesse ponto, quando o subcomandante deixa claro que são uma organização vertical, e que não servem para governar o povo, apenas para

protege-lo do Governo e de outras forças nocivas à sua existência. O povo deve se autogovernar, e esse autogoverno tem por base 7 princípios: 1 – Servir, e não se servir; 2 – Representar, e não suplantar; 3 – Construir, e não destruir; 4 – Obedecer, e não mandar; 5 – Propor, e não impor; 6 – Convencer, e não vencer; 7 – Baixar e não subir. Os zapatistas defendem que “No se trata de tomar el poder, hay que construirlo”.

Ainda sobre a maneira de organização dos zapatistas, ela se baseia em 3 tipos de Governo: o das aldeias; O dos municípios, compostos por várias aldeias; E dos cinco caracóis.²⁰ Em cada aldeia não se elege apenas um representante, mas sim uma comissão formada tanto por homens quanto mulheres que governará o povoado, representará o povoado no município, e no Caracol respectivo de cada município. Os eleitos podem ser despostos a qualquer momento que a assembleia decida, e não há reeleição. O financiamento da ida dos representantes as assembleias fica por responsabilidade dos povoados. A única vez em que o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) interviu na decisão dos povos, foi quando surgiu a ideia de que, além do financiamento das passagens de seus representantes, deveriam também dar uma pequena ajuda econômica para cobrir seus gastos. A intervenção do EZLN ocorreu pois temeram que se desejasse ter a representação do povoado apenas pela ajuda econômica dada, ou que surgisse a ideia de reeleição. Essa atitude mostra serem totalmente contra qualquer pagamento para cargos de liderança, diferentemente de outras experiências socialistas.

Além desses aprendizados, Hugo Blanco também traz seus relatos sobre as escolas zapatistas, que visitou junto a 7000 pessoas, convidadas como estudantes pelos zapatistas. Sobre essas escolas, o autor começa seu relato falando sobre o material escolar, falando que o mesmo é feito por companheiros e companheiros que exerceram cargos em algum dos 3 governos já citados anteriormente. Também fala sobre as aulas, que eram teórico-práticas e giravam em torno de agricultura e pecuária, lecionadas pelos habitantes do povoado. Os

²⁰ N.T: “El de los pueblos; El de los municipios, conformados por varios pueblos; El de los cinco caracoles.”

convidados aprenderam que o povoado se abastece com o que produzem da terra, sem agrotóxicos e outros tipos de veneno criados pelo homem.

O autor deixa claro que os alunos do nível escolar básico zapatista já são melhor preparados que os alunos do ensino médio tradicional (o que seguem o modelo de aprendizagem dado pelo Estado). Além das escolas de ensino básico, também há escolas de ensino médio, em que também se tem aprendizados sobre a terra e sobre medicina natural, onde são resgatados antigos conhecimentos ancestrais para a cura das mazelas. Mesmo assim, os zapatistas não rejeitam a medicina ocidental. Possuem clínicas bem equipadas pela solidariedade mundial. Os tratamentos e as aulas, logicamente, são gratuitos. Sobre o professorado, Blanco diz que os mesmos não se consideram grandes sabedores de tudo, nem se colocam em posição superior ao aluno, pois entendem que o aprendizado é mútuo. Além disso, não recebem pagamento em dinheiro, apenas são abastecidos pela produção do povoado com o que necessitam.

A lição final dada pelos zapatistas é clara: “Por favor, no nos copien, cada uno em su tempo y em su geografia sabrá como hacer”. A preservação das características particulares de cada sociedade é extremamente importante na construção de sociedade auto-gestionadas. É um erro cometido por muitas vanguardas revolucionárias tentarem aplicar modelos engessados em sociedades distintas, como a negação a participação nos processos eleitorais do Estado, ou a definição de como deve ser a estrutura de tomada de decisão.

2 - Sobre o Sindicalismo Revolucionário e o Anarco-Sindicalismo

Esse capítulo se dedica a analisar como o marxismo e o anarquismo analisavam a conjuntura sindical, e também como se faziam presentes nesse meio. Da mesma forma que há diferentes linhas interpretativas sobre a decadência do movimento libertário, também há diferentes interpretações sobre a definição dos conceitos de “sindicalismo revolucionário” e “anarco-sindicalismo”. Primeiramente, gostaria de deixar claro que é assunto complexo, pois existem muitas fontes interpretativas sobre o tema. Infelizmente, tive que selecionar quais fontes utilizei nesse trabalho. Se minha decisão fosse usar todas as fontes disponíveis para “catalogar” as definições e interpretações desses termos, e também suas diferenças, certamente teria que fazer um trabalho de conclusão de curso apenas para tratar desse assunto.

Para analisar o posicionamento dos anarquistas, utilizo, novamente, as obras de Edgar Rodrigues (2010) e Florentino de Carvalho (2015), que possuem narrativas convergentes sobre o tema, embora Raymundo Primitivo seja mais profundo em sua análise. A definição desses dois autores sobre o sindicalismo revolucionário é clara, quando os mesmos dizem que esse não teria como foco a mudança geral da sociedade como um todo, mas sim, apenas a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da fábrica em que trabalhassem. Já o anarco-sindicalismo, ainda para esses autores, seria um braço do movimento anarquista, a parte da propaganda anarquista voltada para os operários, que são tratados como de extrema importância na sociedade pós-revolucionária.

Para o posicionamento marxista, utilizo “*O Estado e a Revolução*”²¹, de Vladimir Lenin. A partir das leituras feitas, considero que as duas linhas ideológicas possuem pontos de concordância em suas visões sobre o tema, mesmo que suas ideologias tenham sido inimigas e que o próprio Florentino, em sua obra, critique tanto Lenin quanto o marxismo. Lenin faz exatamente a mesma crítica de Florentino aos sindicatos verticais e atrelados ao Estado, pois, embora não concordasse com a visão anarquista de que o Estado de qualquer natureza

²¹ LENINE, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. 2 Ed. Moscou, 1918.

é um mal, entende que não é possível lutar contra a burguesia sem ao mesmo tempo lutar contra o Estado que a protege. Faz críticas também ao nacionalismo do sindicalismo revolucionário, argumentando a questão do Estado-Nação dentro do sindicalismo.

Dentro das ações sindicais da época, havia uma disputa entre diferentes vertentes do sindicalismo pelo protagonismo da cena. Essas vertentes eram três: o sindicalismo anarquista (anarco-sindicalismo), o sindicalismo marxista, e o sindicalismo revolucionário.

Embora marxistas e anarquistas sempre tenham sido inimigos que disputavam o controle dos sindicatos, possuem alguns pontos de concordância que serão explicados mais à frente, como o anti-capitalismo e a internacionalidade de suas causas. O sindicalismo revolucionário, porém, não estava nessa interseção de interesses, pois era patriótico e não visava romper com o modelo capitalista de produção.

O sindicalismo revolucionário, por vezes, era tratado como sinônimo do anarco-sindicalismo por alguns periódicos da época. Esses periódicos entendiam que os anarco-sindicalistas eram aqueles que adotavam o modelo de sindicalismo francês, e sindicalistas-revolucionários eram os sindicalistas representantes do movimento libertário. Visão essa, divergente a dos autores utilizados nesse estudo.

2.1 - Anarquismo

Edgar Rodrigues e Florentino de Carvalho, em suas obras já citadas, dão definições muito claras da definição do anarco-sindicalismo e da sua diferença com o então chamado “sindicalismo revolucionário”. Além disso, também tratam da relação entre o anarco-sindicalismo enquanto prática e do anarquismo enquanto ideologia.

O entendimento de Edgar Rodrigues sobre o anarquismo é de que ele não seria apenas um movimento de operários para operários, mas sim a

“(...) ação de indivíduos que se opõem e dão combate ao capitalismo, almejando a derrocada do Estado e a reconstrução de uma Nova Ordem Social, descentralizada horizontalmente, autogestionária (...) O Movimento Anarquista não se firma na luta de classes ou pretende instalar os governados no lugar dos governantes, seus fins são de acabar com as classes, tornar o homem irmão do homem, independentemente de cor, idade ou sexo. Não visualiza a igualdade metafísica ou de tamanho, força, necessidades, quer a igualdade de possibilidades, de direitos e de deveres para todos” (RODRIGUES, Edgar. 2010. P. 3).

É curioso pensar como esse modelo de sociedade almejada se parece com a proposta da Escola Moderna, do também anarquista Francisco Ferrer y Guardia, já comentada nesse estudo.

A partir dessa definição do anarquismo, o autor interpreta o anarco-sindicalismo como um método da luta anarquista, como uma das faces da mesma, tais como eram os grupos de estudos, escolas, universidade, peças teatrais, e outros modos já citados no capítulo anterior. O anarco-sindicalismo seria o meio de propagação do anarquismo dentro da classe operária urbana, para que a mesma se entendesse como uma das muitas partes da sociedade oprimidas pelo sistema capitalista. Porém, seu objetivo com o alcance da “consciência de classe” do trabalhador não é o mesmo do marxismo. O anarquismo não coloca o operário como uma parte mais importante do que outra dentro da sociedade, nem o deseja enquanto governante. Esse ponto de discordância é muito claro quando se lê a opinião de Lenin, em “O Estado e a Revolução”:

“A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada.” (LENIN. 1918. P. 14)

Continuando com a definição do anarquismo, para Rodrigues, uma sociedade anarquista tem por objetivo o benefício do coletivo acima do benefício individual. A noção de coletivo, porém, deve partir do indivíduo, do que diversos anarquistas chamam de “revolução interna”. A formação de um indivíduo “pensante”, então,

é o objetivo do trabalho de base anarquista. Essa revolução interna deve se estender por toda a sociedade, independente de qual a seja a função ou classe social do indivíduo. Mais uma vez, seu objetivo com a militância encontra semelhança com o pensamento de Guardia sobre a Escola Moderna, quando o mesmo fala “*Ela estimulará, desenvolverá e dirigirá as aptidões próprias de cada aluno, a fim de que, com a totalidade do próprio valor individual, não somente seja um membro útil à sociedade, mas que, como consequência, eleve proporcionalmente o valor da coletividade.*” (GUARDIA. 2010. P. 7). O anarco-sindicalismo, especificamente, seria o trabalho de base anarquista voltado para a classe operária da sociedade, a parte da sociedade responsável pela produção fabril da sociedade pós-revolucionária.

O sindicalismo revolucionário, por sua vez, é citado por Rodrigues como “*limitado, materialista, sem a dimensão e o alcance de filosofia de vida do anarquismo*” (RODRIGUES. 2015. P. 3). De fato, o sindicalismo revolucionário não se preocuparia com a sociedade como um todo, apenas com os direitos dos trabalhadores fabris, e quando muito, dos trabalhadores em geral. Não possuía o ideal anarquista de uma sociedade sem fronteiras, sem opressões, sem leis nem amos, e muito menos de uma sociedade sem Estado. Afinal, era o Estado que garantia seus direitos, conseqüentemente não viam uma opressão em sua existência.

O pensamento de Florentino é semelhante ao de Edgar Rodrigues em vários pontos, inclusive quando os mesmos concordam que a ação voltada para o bem da sociedade como um todo é uma pauta anarquista, e não sindicalista.

Florentino explica que, para poder separar as características do anarquismo e do sindicalismo, é necessário, primeiramente, entender o que é o movimento operário em si. O autor começa a explicação definindo o movimento operário como uma reação biológica, natural das massas, que, por ser mais numerosa, útil, e explorada, naturalmente se rebelará contra os que a oprimem.

Continua seu raciocínio, teorizando (e de certa forma definindo, já que o mesmo também era um trabalhador) sobre quais características da sociedade burguesa moderna seriam o motivo para essa insatisfação do trabalhadores. Florentino pontua alguns fatores, como: concentração de riquezas, aumento da

atividade industrial, concentração da população nas cidades, e extirpação de riquezas. Essa reação dos trabalhadores a essas características da sociedade, seriam, além de uma reação biológica natural, a materialização do antagonismo entre as classes e seus interesses. O fim dessas características seria, no final, a materialização das metas do comunismo, socialismo, e anarquismo.

O sindicalismo estaria, então, inserido nesse movimento natural das massas, o que o autor chama de “Direito Histórico”. O fenômeno do sindicalismo seria um conjunto específico de trabalhadores de uma ou mais fábricas, lutando por suas próprias pautas e interesses. É curioso como as reações realmente parecem “naturais”, pois quase todos esses surgimentos espontâneos de revolta teriam as mesmas pautas, tais como: melhor condição moral e de salubridade, o aumento ou a não diminuição dos salários, menor tempo de horas trabalhadas, etc. E não apenas no Brasil, como em outras partes onde esse sindicalismo se desenvolveu, como França e Inglaterra. Assim sendo, Florentino entendia que essas reivindicações naturais seguiriam um curso por mais e mais direitos, até que o resultado final fosse a eliminação do patronato, e o controle das fábricas (consequentemente dos meios de produção) pelos operários. É esse sindicalismo que o autor define como sindicalismo revolucionário.

Após realizar essa síntese, Florentino comenta que o sindicalismo em geral, por si só “carece de valores” (CARAVALHO, 2010) para realização da então revolução sindicalista. O movimento sindical, para o autor, era uma maneira de resistência a opressão patronal, e um dos meios nos quais os anarquistas deviam disseminar suas ideias, mas não uma conduta revolucionária por si só.

A crítica de Raymundo ao sindicalismo tem sua raiz na opinião de que o sindicalismo que o autor chama de “neutralista” se importaria apenas com si, no sentido que as preocupações do sindicato seriam as pautas e urgências apenas do operário que fizesse parte do sindicato. Esse modelo de sindicalismo não se preocuparia em pensar na mudança da sociedade como um todo, ou mesmo nas condições da parte da sociedade que não fizessem parte do sindicato, como professores, mulheres, idosos, ou trabalhadores de outras fábricas. Em “A Vida”, periódico libertário da época, fica claro como Raymundo

e outros autores anarco-sindicalistas, como José Oiticica, se posicionam sobre assuntos que não fossem apenas os sindicais, como a condição das mulheres, a revolução de consciências, e o serviço militar obrigatório.

Há também, embora seja mais curta, a crítica materialista feita ao tipo de sindicalismo que o autor define como sindicalismo revolucionário. A crítica se baseia na ideia de que os aumentos salariais reivindicados pelo sindicalismo revolucionário seriam limitadas tanto ao controle do Estado quanto as capacidades econômicas da pequena indústria. Ou seja, seriam limitadas pela força do Estado-Nação da indústria e dos trabalhadores. Florentino, como não poderia deixar de fazer, se tratando de um anarquista, comenta a questão do Estado dentro do sindicalismo. Ele diz que os interesses do Estado e do patronato estão intimamente ligadas com os interesses sindicais. Dá exemplos como França, Alemanha e Estados Unidos, que apenas podem atender as demandas de seus respectivos movimentos sindicais porque fizeram riqueza em cima da exploração de outros países, conseqüentemente de outros trabalhadores. A partir do momento que o sindicalismo se favorece com o desenvolvimento da indústria nacional e do Estado-Nação como um todo, o pensamento sindicalista incute o sentimento nacionalista de desenvolvimento inerente a capitalismo, sentimento nacionalista, esse, totalmente contrário aos princípios anarquistas. O ganho do sindicalismo, como já tratado antes, não vem com uma mudança da sociedade vigente, mas sim com a alteração daquela que já existe para adequação e melhora dos interesses sindicais.

O autor continua sua crítica ao modo de luta do sindicalismo revolucionário, acusando-o de apenas atenuar as contradições do capitalismo, e não mudar suas bases. O sindicalismo revolucionário não proporia, nas palavras do autor: "*um novo sistema jurídico e espiritual, superior ou inferior ao existente*" (CARVALHO, 2010), ou seja, não proporia uma nova sociedade que rompesse com o capitalismo, mas sim atenuações dos efeitos da exploração e das contradições de classe. Essas atenuações se dariam, no limite, pelo controle das fábricas pelos trabalhadores. A lógica capitalista de competição, produção, e autoridade se manteriam as mesmas, lógica essa desde sempre abominada pelo ideal anarquista. A crítica do autor se estende, também, ao fato do sindicalismo não reconhecer (ou não criticar) as divisões capitalistas do trabalho. Os

privilégios de ser um trabalhador com salário acima de média, enquanto muitos além dele sofrem com salários de fome, não seria reconhecido, ou não seria objeto de indignação. Essa diferença de salários modifica os preços do mercado, e principalmente nos produtos básicos, o que traria ainda mais dificuldades para os trabalhadores que fossem pior recompensados em seus respectivos trabalhos.

O pensamento dos dois autores trabalhados é similar ao de outro influente militante anarquista no cenário internacional: Errico Malatesta. A práxis revolucionária de Malatesta diz que é necessário trazer a massa operária para a luta, pois entende que a mesma é fundamental na produção e troca antigovernamental, além de já possuir um pré-disposição para a luta anticapitalista, devido a sua condição de explorada. A propagação do ideal anarquista no meio sindical, devido a essa vivência que tem a classe sindical, deveria ser feita expondo o quanto o trabalhador teria a ganhar numa sociedade anarquista, e fazê-lo ver quais seriam os motivos de ter sua força de trabalho explorada dentro da sociedade capitalista. Essa vivência dos trabalhadores, continua Malatesta, seria mais efetiva do que qualquer propaganda ideológica feita pelos anarquistas.

Além de Malatesta, outro autor que possuía semelhanças com a descrição tanto de Rodrigues quanto de Florentino, é o já comentado Kropotkin. Para esse autor, também há a diferença básica entre o sindicalismo e o anarquismo, de que o sindicalismo é limitado a classe obreira, enquanto o anarquismo abrange a sociedade como um todo:

“O direito ao bem-estar é a possibilidade de viver como seres humanos e criar os filhos para os fazer membros iguais dum sociedade superior à nossa, enquanto o direito ao trabalho é o direito de ficar sempre escravo assalariado, “homem de pena” governado e explorado pelos burgueses de amanhã. O direito ao bem-estar é a revolução social; o direito ao trabalho é quando muito um degredo industrial.” (KROPOTKIN, Piotr. 1953. P. 13).

2.2 - Marxismo:

Após analisar a visão anarquista sobre o sindicalismo brasileiro na Primeira República, analisaremos a visão de um de seus rivais, os marxistas. Para isso, utilizaremos a visão de Lenin, o maior expoente dos bolcheviques durante a Revolução Russa, que escreve “O Estado e a Revolução” no espaço de tempo entre a Revolução Russa e a Revolução de Outubro, ou seja, entre a família Romanoff ser morta, e os bolcheviques assumirem o poder. Lenin, no livro citado, escreve sobre diversos fatores que estavam presentes na teoria e no processo revolucionário marxista. No atual estudo, levarei em conta principalmente o que o mesmo escreve sobre o sindicalismo e sobre as diferenças entre o pensamento marxista e o anarquista, já que o capítulo é dedicado a entender como essas diferenças se refletiram no contexto sindical.

Ao autor começa fazendo duras crítica aos sindicatos capitalistas²², sendo essas críticas muitas vezes parecidas com as feitas por Florentino. As críticas de Lenin giram em torno da postura nacionalista e “conciliadora”²³ de classes desses sindicatos. Os mesmos não lutariam por uma revolução social que englobasse toda a classe trabalhadora, mas sim apenas a classe trabalhadora de seus estados-nação específicos, gerando a exploração de outras nações para benefício próprio. Essa crítica fica explícita no trecho

“Essa corrente, socialista em palavras mas patrioteira em ação, se caracteriza por uma baixa e servil adaptação dos “chefes socialistas” aos interesses não só de “sua” própria burguesia nacional, como também do “seu” próprio Estado, pois a maior parte das chamadas grandes potências exploram e escravizam, há muito tempo, várias nacionalidades pequenas e fracas. Ora, a guerra imperialista não tem outra coisa em vista sendo a partilha, a divisão dessa espécie de despojo.” (LENIN. 1918. P. 1)

²² Imagino que se tratem dos sindicatos “amarelos”, também citados por Florentino e por outros anarquistas.

²³ Lenin, mais à frente no livro, também critica o uso da expressão “conciliador de classes” para se referir ao Estado. Não tenho certeza se faria a mesma crítica ao falar dos sindicatos.

O marxismo é sabidamente internacionalista, como pode ser visto pelo trecho acima. Ele traz em seus objetivos um mundo sem fronteiras, defendendo que o proletário não possui pátria, principalmente porque entende que o conceito de nação é apropriado pela burguesia. Essa característica internacionalista do socialismo marxista refletiu na política externa da União Soviética, que causou a chegada do marxismo ao Brasil, dando início a disputa ideológica no campo sindical brasileiro.

Essa disputa entre anarquistas e marxistas ocorre desde a Primeira Internacional, com o já conhecido racha entre os seguidores de Marx e seguidores de Bakunin, culminando na expulsão do segundo grupo. As principais discordâncias entre os dois grupos eram se o Estado deveria ou não ser usado com arma na luta revolucionária e a discussão sobre o autoritarismo, tópicos que serão melhor explicados ao longo do capítulo.

Lenin se baseia principalmente nas ideias de Engels para definir o ponto de vista marxista sobre a questão do Estado. Inicialmente, as duas ideologias (anarquismo e marxismo) concordam na interpretação do Estado enquanto mostra máxima da natureza inconciliável entre as classes. Sendo essas classes inconciliáveis, ou seja, tendo interesses opostos e só podendo se beneficiar enquanto a outra é prejudicada, a reação da classe oprimida de se rebelar contra a classe dominante é entendida como um fenômeno dialético, ou seja, consequência do contexto social. Assim sendo, é necessário um fator que aplaque essa revolta natural da classe explorada, e esse fator é o Estado.

Nessa narrativa, o único motivo de existência do Estado é proteger uma das classes da reação natural da outra. Especificamente no caso capitalista, sua função é proteger a classe burguesa da classe proletária, ou seja, evitar a derrocada da burguesia e a tomada dos meios de produção pelos trabalhadores. Interpretando dessa maneira, o Estado não pode ser um órgão de conciliação de classes, mas sim de dominação, devido à natureza inconciliável das mesmas. Lenin deixa claro em sua obra que é impossível uma luta contra a burguesia sem uma luta contra o Estado burguês.

Sobre a crítica a expressão “conciliação de classes”, acho interessante comentar que a narrativa comumente dada ao Estado Vargas é essa, de um

governo “conciliador”, como se o mesmo servisse de mediação entre a classe trabalhadora brasileira, que vinha lutando desde a Primeira República, e uma espécie de burguesia nacional então em formação. Creio ser desnecessário ressaltar que o Estado Novo e seus sindicatos capitalistas e verticalizados foram um exemplo perfeito do sindicalismo criticado tanto por Florentino quanto por Lenin, e também um dos principais responsáveis pela derrocada do movimento libertário brasileiro e seus sindicatos.

Voltando a narrativa sobre o Estado, marxistas e anarquistas concordam até o ponto de qual é o motivo da existência do mesmo. As diferenças entre as duas ideologias começam com o que deve acontecer com o Estado no período revolucionário. A teoria revolucionária anarquista (e principalmente Proudhoniana) dizia que o Estado deveria ser prontamente abolido, enquanto Marx era veemente contra essa abolição imediata, defendendo o uso do Estado enquanto arma revolucionária. Marx defendia usar de todas as armas, inclusive o Estado e uma revolução “autoritária”, outro ponto de discordância entre as duas ideologias, na luta contra a burguesia e contra o Capital. Esse uso do Estado, porém, seria passageiro, pois os marxistas visam a abolição do Estado tanto quanto os anarquistas. Lenin inclusive critica os social democratas, chamando-os de oportunistas e dizendo que os mesmos deturparam o que leram de Marx, já que na narrativa desse grupo, o fim do Estado era um objetivo apenas dos anarquistas, e não dos marxistas. Os social democratas se colocavam como partidários do Estado, em oposição unicamente aos anarquistas, embora os marxistas também não o fossem.

Com a revolução socialista, de acordo com a teoria revolucionária marxista, o Estado não seria abolido imediatamente (como queriam os anarquistas), mas sim passaria por um processo de “definhamento”. Após a revolução, os proletários (ou o partido que os representasse) assumiria o poder, e conseqüentemente a máquina pública. O Estado, então, estaria no controle da classe proletária, se tornando essa à classe protegida, e não mais a burguesia. Essa, por sua vez, estaria na posição da oprimida. Esse sistema político que inverteria a posição das classes é chamado de “ditadura do proletariado”, conceito desenvolvido por Marx após a análise da experiência da Comuna de Paris, onde o mesmo viu como a transição do Estado poderia ser feita de

maneira prática, embora ainda reservasse críticas a essa experiência. Esse Estado proletário teria como função a construção de uma sociedade sem divisão por classes, e seria, conseqüentemente, cada vez mais suprimido à medida que as classes se aproximassem, entrando assim em processo de definhamento. Como a narrativa socialista diz que a única função do Estado é impedir a revolta da classe oprimida, é conclusivo que o Estado deixaria de existir à medida que não houvessem mais classes a serem protegidas. O definhamento do Estado se daria dessa forma, à medida que em que não houvessem mais classes sociais a serem protegidas uma da outra, o Estado perderia seu motivo de existência, e definharia junto com a sociedade de classes.

Em oposição a essa ideia de definhamento do Estado a medida da supressão das classes sociais, existe a narrativa de Bakunin, anarquista rival de Marx durante a Primeira Internacional. Esse pensador defende que embora a burguesia fosse suprimida, uma sociedade de classes não deixaria de existir, pois surgiria uma nova classe política de dirigentes desse Estado. Essa nova classe política seria a classe protegida pelo Estado, se utilizando burocracia e aparelhamento do mesmo, para manter os dirigentes no poder e não alcançar um sociedade verdadeiramente democrática. Outra discordância de Bakunin em relação ao pensamento marxista, é que o mesmo discorda que o Estado em definhamento possa assumir um caráter não político, e apenas burocrático.

Após tratada a discordância entre a questão do Estado, passaremos a outro ponto de discordância, a questão do “autoritarismo”.

Embora Marx e Proudhon/Bakunin se aproximem na questão da necessidade de se demolir a máquina contemporânea do Estado, se afastam na questão da organização pós-revolucionária, principalmente na discussão sobre o federalismo, que é defendido pelos anarquistas mas não é incentivado por Marx, quando o mesmo escreve sobre a Comuna de Paris. O federalismo é a proposta de criação de comunas ou outras maneiras de organização orgânica, em que cada uma possui autonomia em relação as demais, negando a existência de líderes, com as decisões sendo tomadas de maneiras horizontal. Um exemplo de federalismo já comentado nesse estudo é a organização dos povoados zapatista, tratados no primeiro capítulo. Marx, pelo contrário, defende o

centralismo do Estado no modelo de ditadura do proletariado. Lenin diz que se pode entender como centralismo a vontade dos proletários acima da propriedade privada, com os mesmos se apossando do poder político. Seria isso, então, um "centralismo democrático" ou "centralismo proletário", benéfico a nova nação que se constrói. Marx deixa claro que a noção de centralismo não deve ser inerente a algo verticalizado, nem militarizado.

Entendo esse "centralismo" como um dos fatores da ditadura do proletariado, necessário do ponto de vista marxista para a supressão da classe burguesa e impedimento de ações contrarrevolucionárias como sabotagem interna e medidas imperialistas que possam atingir o Estado. Lenin fala sobre a questão do centralismo democrático e do autoritarismo:

“Uma revolução é, certamente, a coisa mais autoritária que há, um ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra, com auxílio dos fuzis, das baionetas e dos canhões, meios por excelência autoritários; e o partido que triunfou tem de manter a sua autoridade pelo temor que as suas armas inspiram aos reacionários. Se a Comuna de Paris não se tivesse utilizado, contra a burguesia, da autoridade do povo em armas, teria ela podido viver mais de um dia? Não poderemos, pelo contrário, censurá-la por não ter recorrido suficientemente a essa autoridade?” (LENIN. 1918. P. 35-36)

Lenin continua citando Engels para sua explicação a oposição que faz aos anarquistas, e mais principalmente a Proudhon e aos Proudhonianos. Ele comenta a questão do autoritarismo no trecho acima, e usa argumentos práticos em relação a organização, como a gestão de uma fábrica, um navio, ou outros trabalhos complexos, que seriam impossíveis sem certo grau de autoridade. Engels diz que a autoridade é necessária em uma sociedade, e que se deve apenas lutar contra a autoridade política e ao Estado.

Outra diferença fundamental entre o marxismo e o pensamento de Proudhon, é que Marx entende que a propriedade deva ser coletiva no sentido de ser propriedade do Estado proletário, enquanto Proudhon teorizava que cada trabalhador devesse ter a posse de suas próprias ferramentas e seu próprio espaço de terra, prática conhecida como "resgate". Essa propriedade estar nas

mãos do povo trabalhador, porém, não exclui a possibilidade do uso da locação, mas sim da melhor organização em prol da sociedade, pelo menos enquanto período de transição. A distribuição das propriedades seria possível apenas após o definhamento total do Estado, quando se alcançaria o comunismo, fase final do socialismo e resultado da ditadura do proletariado.

Considerações finais

Após todas as informações presentes no estudo, gostaria de registrar algumas reflexões. A primeira, e a que me chamou mais atenção ao longo da produção desse trabalho, é a doação que os militantes anarquistas tinham em relação a sua militância. Raymundo Primitivo não foi o único anarquista à ser perseguido e/ou exilado. A perseguição aos militantes libertários era fator constante durante a Primeira República, e continuou sendo durante o Estado Novo. Mesmo tendo ciência de todos os perigos que a militância trazia, isso não levou ao acovardamento dos militantes libertários. A greve dos 100 mil (que teve como gatilho a morte de um jovem trabalhador) é um exemplo claro de como a militância trazia resultados, e de como o volume de produção anarquista nesse período estava em alta. E, embora não obtendo tantos resultados de direitos trabalhistas, nunca na história do país os trabalhadores estiveram em tão grande agitação social, inclusive sem a imagem de um líder, ou de um partido político à frente.

Outra reflexão, ainda sobre a militância anarquista, é que o anarquismo e o pensamento libertário no geral, embora mais ligado a classe operária, não tenha como “dogma” limitar suas ações à esses meios, nem ser uma linha de pensamento “engessada” que deva ser mostrada como uma grande verdade a qualquer um com quem se tente falar sobre. Essa maneira própria de se fazer a revolução, talvez, sirva para a base de algumas críticas sobre a falta de produção prática do anarquismo. Particularmente, considero essa crítica errônea ou irrelevante, visto que a revolução anarquista nunca se propôs a ser apenas de cisão, mas sim, também, progressiva, de baixo pra cima, onde a revolta da sociedade deve ser construída, e não ditada. Me questiono do que adianta a prática ou o controle dos governados sobre os governantes sem a mudança da maneira de pensamento, e sem um sentimento de coletividade sobre todos os homens, fundamental a qualquer sociedade que procure se desvencilhar do pensamento individualista inerente ao capitalismo, e tão prejudicial à sociedade atual.

Com a leitura das obras de Edgar Rodrigues, Florentino de Carvalho, e Francisco Ferrer y Guardia, que além de referências bibliográficas, considero como fontes

primárias, me parece claro que o objetivo de todos eles sempre foi gerar indivíduos pensantes.

Esse modo de militância visava uma revolução interna do indivíduo, revolução essa que refletiria no meio em que o mesmo vive, e não o contrário. Essa intervenção acontece a todo momento, trazendo questionamento ao ser humano e o fazendo repensar suas atitudes, reconsiderar seu conhecimento, e rever a maneira como se coloca no mundo que o cerca, mas nunca lhe dizendo como deve agir ou como deve pensar. Particularmente, cada vez mais que estudo o movimento anarquista e seus objetivos, mais vejo que a base realmente deve ser educativa, reafirmando cada vez mais minha vontade de ser professor.

Creio que isso explique, em certo grau, a maneira como existem focos anarquistas em tão diferentes meios, como o operário, o agrário, o artístico, o literário, o científico. Dar liberdade para o pensamento do indivíduo possibilita ao mesmo, refletir sobre a realidade em que vive, seja ela qual for, gerando um modo de organização próprio em qualquer meio que seja.

Esse modo dos anarquistas de exercer sua militância fica claro nas já mostradas definições que os autores trabalhados dão ao sindicalismo, sindicalismo revolucionário, anarco-sindicalismo, e anarquismo. A diferença entre a definição desses conceitos fica ainda mais explícita no capítulo de “A Escravidão a Liberdade” que Raymundo dedica ao tema. As críticas que faz ao sindicalismo e ao chamado “sindicalismo revolucionário” são concisas quanto à limitação que os mesmos tem em mudar o panorama social como um todo. A preocupação apenas com os sindicalistas de um sindicato em específico e não com o restante da sociedade “não trabalhadora”, e também a falta de preocupação com as consequência que o atendimento da demanda sindicalista possa causar em outras partes da sociedade, é totalmente contra o ideal de mudança que os libertários almejam. Esse modo de fazer o sindicalismo não favorece em nada a formação crítica do operário, e nem a derrocada do Estado.

Outra reflexão interessante foi após ler a crítica leninista a expressão “conciliação de classes”, que é tão aplicada quando se escreve sobre o governo Vargas. Governo Vargas, esse, que favoreceu exatamente o modo de

sindicalismo criticado tanto por anarquistas quanto por marxistas, e gerou um Estado de repressão tão forte aos militantes revolucionários.

O Estado Novo, em seu culto à nação e aos trabalhadores, vai de encontro a crítica das duas linhas ideológicas (marxismo e anarquismo) sobre a questão da nacionalidade dentro do sindicalismo, baseadas no argumento de que o Estado exploraria outras nações para benefício próprio. Por outro lado, é interessante ver no discurso varguista a ideia de integração entre os povos da América Latina, o que ele entendia como “pan-americanismo”. Ou seja, o desenvolvimento econômico de Vargas não visava a exploração de outros Estados vizinhos, mas sim a integração econômico das “Repúblicas Americanistas”. Essa narrativa pode ser observada no discurso de Vargas no Peru:

“(...) Esse desenvolvimento ainda incompleto de nossas economias é a causa eficiente da inquietação social e política que subsiste ainda em algumas das Republicas Americanas. A instabilidades das instituições políticas decresce com a nossa evolução econômica. Quando a fase do subdesenvolvimento de nosso recursos materiais estiver superada, teremos atingido o equilíbrio da maturidade política. A América Latina está fadada a um papel preponderante no campo das relações internacionais. Jamais no decurso da história existiu um bloco tão numeroso de nações, irmanadas pelos laços de uma doutrina generosa, baseada no respeito mútuo e na comunhão de ideais, de instituições e finalidades, qual seja o pan-americanismo. O sistema de princípios e normas que liga os Estados americanos se diferencia essencialmente das alianças da experiência passada, em que as Nações se reuniam exclusivamente sob a pressão de interesses egoísticos de auto defesa ou por desígnios arrogantes de agressão. Não tememos os nossos vizinhos, não cobiçamos as terras alheias. O que desejamos é a coexistência pacífica, a colaboração recíproca e cordial para o desenvolvimento do continente.

Através dos anos, em meio a um mundo conturbado por conflitos de toda a ordem, na prática consuetudinária da amizade e da

boa vizinhança, soubemos preservar, pura nos seus princípios e consolidada nas normas jurídicas, essa doutrina que é, por sua essência, contrária aos propósitos de hegemonia e de predomínio.

Tal unidade política e espiritual, que resistiu aos embates de duas conflagrações mundiais, cada vez mais se afirmar como instrumento de manutenção da paz e postergação das soluções violentas.

Fiel as tradições do pan-americanismo, o Brasil está sempre disposto a colaborar na solução dos problemas do interesse coletivo, embora adote também, como norma invariável, a abstenção de interferir em assuntos que afetem a política interna de qualquer país.”²⁴ (BRASIL, 2009. P. 21-22)

Essa diferença, no meu ponto de vista, se deve ao que assinei na introdução desse estudo: é preciso pensar os fenômenos sociais a partir da realidade em que ocorrem. Lenin, quando fala da opressão de potências a países menos desenvolvidos, cita como possíveis opressores a Inglaterra, França, Alemanha. Quando essa política é aplicada a um país do chamado “terceiro mundo”, a seu resultado na prática pode ser diferente do previsto em outro contexto geopolítico, como é o caso do Estado Novo.

Outro exemplo de discrepâncias na análise do autor a outras realidades, é quando Guardia, falando sobre a educação oficial dada nas escolas, diz que não há mais o interesse do Estado de manter a população sem conhecimento científico ou filosófico, argumentando que esse conhecimento é dado para formar uma mão de obra qualificada, visando a competição com outros países. É visível, em nosso contexto, a sabotagem feita as classes mais pobres, e o ensino do conhecimento científico reservado a quem pode pagar por eles nos colégios particulares²⁵. Ainda sobre Guardia, achei interessante quando o

²⁴ Brasil. Presidente (1931-1954: Getúlio Vargas). Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas. – Brasília: FUNAG, 2009. 60p.

²⁵ LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. CADERNOS DE PESQUISA[online]. 2016, vol.46, n.159, pp.38- 62.

mesmo fala sobre o abandono da luta revolucionária por parte de alguns republicanos, após serem alocados em cargos públicos, o que acabaria com seu teor revolucionário. É exatamente a crítica feita por Lenin, quando o mesmo se baseia em Marx, e esse por sua vez, na Comuna de Paris, de que com a imposição da Ditadura do Proletariado, a máquina estatal deve ser abolida, e não trocada de mão. Essa mudança de mão da máquina estatal poderia gerar problemas como esse citado por Guardia, e também a manutenção do Estado pelo uso da burocratização.

Sobre a diferença entre o pensamento anarquista e o marxista, é interessante também comentar que os anarquistas, principalmente Bakunin e seus percursores, entendem que a opressão de classe não é a única opressão que deve ser vencida para alcançar uma sociedade verdadeiramente democrática. Questões como gênero, cor, e sexualidade, foram incluídas nas pautas da esquerda ao longo do tempo, e tem base nas críticas anarquistas ao marxismo puramente classista. Essas questões, afinal, não seriam suprimidas com o controle da sociedade pelos trabalhadores. Existir uma sociedade sem burguesia não garantiria que essa sociedade deixasse de ser machista, racista, ou homofóbica. É nisso que se baseia a crítica anarquista. Mesmo com uma sociedade sem opressões de classes, ela não seria realmente democrática caso essas outras opressões também não fossem suprimidas.

Dessa forma, considero importante que continuem havendo estudos sobre o anarco-sindicalismo brasileiro, e principalmente pelo viés de que ele não está sozinho dentro dos modos de luta anarquistas. Também considero de plena importância a função da educação dentro da luta anarquista, e como ela foi presente nos outros métodos de atuação da militância libertária.

BIBLIOGRAFIA:

ARENA, Dagoberto B. **Escolas anarco-sindicalistas no Brasil**: alguns princípios, métodos e organização curricular. 2007.

AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista**: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BATALHA, Cláudio. *Le syndicalisme “amarelo” a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Tese (doutorado em História) Université de Paris I, 1986.

Brasil. Presidente (1931-1954: Getúlio Vargas). Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas. – Brasília: FUNAG, 2009. 60p.

CARVALHO, Florentino de. **Da escravidão à liberdade**: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social. 2 ed. Seridó, RN: Tumulto, 2015. 287 p.

GALDOS, Hugo. *Nosotros los indios*. 3 Ed. Lima: Editora, 2007. 372 p.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

KROPOTKIN, Piotr. A conquista do pão. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953. 101p.

LENINE, Vladimir. O Estado e a Revolução. 2 Ed. Moscou, 1918.

Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>

Acessado em 24/05/2018

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. 2016, vol.46, n.159.

MALATESTA, Errico. Anarquismo e sindicalismo. In: MALATESTA, Errico. A anarquia e outros escritos. Seleção e tradução Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos; São Paulo: Centro de Cultura Social, 1987. p. 69-77

MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981;

NASCIMENTO, R. H. Z. **Indisciplina**: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil. São Paulo, SP: PUC, 2006. 388 p.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho**, pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

RODRIGUES, Edgar. História do movimento anarquista no Brasil. Piracicaba, SP: Ateneu Diego Giménez, 2010. 58p.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. 368 p.

Y Guardia, Francisco F. A Escola Moderna. Tradução: Ateneu Diego Giménez. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010. 83p.